

Sociedade, Memória e Mulheres

Society, Memory, and Women

Leandro da Silva Lunz
(Mestre em História Social das Relações Políticas pela UFES)

Maria Beatriz Nader
(Pós-doutora em Sociologia Política pela UENF)

Resumo: O desenvolvimento das relações sociais no transcorrer da história foi fortemente caracterizado pelo uso da memória como instrumento de poder, atuando para uma construção social marcada pelas diferenças de classes e restringindo os comportamentos esperados dos atores sociais envolvidos dentro desta convivência social complexa. Coube à mulher a inserção no espaço privado como o lócus do exercício das potencialidades femininas, no qual o cuidado do lar, a maternidade e a educação dos filhos se tornaram historicamente reconhecidos como espaços femininos por excelência. Ao homem foi atribuída como função social a atuação no mundo público, um espaço destinado aos negócios, à intelectualidade e à visibilidade, possibilitando condições para exercer o papel de provedor, esposo e pai, enfatizando assim sua superioridade em relação àqueles que estão sob sua sujeição. A construção deste ordenamento social, amparada na construção de papéis sociais feminino e masculino essencialmente diferenciados, permitiu o predomínio dos interesses masculinos nos diversos campos sociais.

24

Palavras-Chave: Construção Social; Uso da Memória; Visibilidade;

Abstract: The development of social relations in the course of history was strongly characterized by the use of memory as an instrument of power, acting for a social construction marked by class differences and restricting the expected behaviors of the actors involved in this complex social arrangement. Domestic care, motherhood, and child education were historically recognized as feminine spaces par excellence. It was up to the woman to insert herself in the private space as the locus of the exercise of feminine potentialities. Men have been assigned a social function of acting in the public world, a space destined for business, intellectuality, and visibility. A man plays the roles of provider, husband, and father, thus emphasizing their superiority over those who are under their submission. The construction of this political order, supported by the construction of essentially differentiated female and male social roles, allowed the predominance of male interests in the various social fields.

Keywords: Social Construction; Memory Use; Visibility;

Introdução

O desenvolvimento da História traz como uma de suas principais características a relação de vínculo entre homens e mulheres, que sofreu grandes modificações no transcorrer dos séculos, estabelecidas por uma convivência distante dos princípios de igualdade e/ou equidade. Não obstante, a necessidade da preservação e sobrevivência da espécie humana, obrigou a adoção de mecanismos de coexistência que permitiram o domínio dos recursos naturais e a continuidade da espécie, fazendo dessa associação entre homens e mulheres uma condição essencial para o convívio e para a existência em sociedade. Foi no âmbito deste contexto que homens e mulheres tiveram seus papéis sociais instituídos.

A pensadora Gerda Lerner (2019) explica que homens e mulheres vivem um contexto social desempenhando os seus papéis designados, sendo os dois de igual importância, não obstante este contexto será descrito e idealizado por homens, e foram eles que escreveram, dirigiram e interpretaram as significações das ações e se recrutaram para desempenhar os comportamentos mais valorosos e dignos, transferindo às mulheres as atribuições de menor relevância. A construção dessa ordenação social, alinhada ao desenvolvimento e transformações das cidades em seus diversos aspectos, possibilita a consolidação de diversos instrumentos de controle que objetivavam a regularização do convívio entre os grupos humanos, pautados em um modelo de valorização do fazer masculino, o que contribuiu para a efetivação do domínio político masculino nos diversos segmentos sociais. Não obstante, Lerner (2019) aponta que as mulheres são e sempre foram personagens e sujeitos da história, sempre comungaram do trabalho e do mundo tal como os homens e foram personagens essenciais para a consolidação da sociedade e o estabelecimento da civilização.

A preservação da memória coletiva foi compartilhada com os homens, memória essa que modelou o passado e o conduziu à condição de tradição cultural, sendo o elo entre as gerações e associando passado e futuro. É importante destacar que essa tradição oral foi sustentada de forma viva, em poesias e mitos, produzidos por homens e mulheres, no entanto, o fazer histórico é uma criação que está relacionada à época da invenção da escrita, ocorrida na Antiga Mesopotâmia. Ainda na reflexão da autora, homens em posição de poder e destaque, como sacerdotes e proto-historiadores, passaram escolher os fatos e eventos que deveriam ser registrados e a atribuir

sentidos e conceitos. Esse tratamento dado aos feitos humanos de valorização ao fazer masculino foi chamado de História e considerado como universal, e os feitos vivenciados pelas mulheres foram ignorados e ficaram sem registros, bem como não foi considerada a interpretação dessas mulheres dos acontecimentos à sua volta. Le Goff, ao refletir e discutir sobre a memória, afirma que:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (LE GOFF, 1990, p. 368).

Nesta perspectiva, o uso da memória é estruturado como um importante dispositivo de controle e manutenção do poder e das diferenças entre os gêneros, contribuindo para instituição de uma História que define os comportamentos esperados dos atores envolvidos neste jogo relacional, no qual caberia à mulher atuar dentro de um espaço privado, reservado ao cuidado do lar, a educação dos filhos e a satisfação do marido, e deste modo adotando um papel de invisibilidade e subordinação. Em contrapartida, ao homem estaria reservado o espaço público – destinado aos negócios, à intelectualidade –, o papel da visibilidade. Esse ideal do fazer histórico constituído ao longo dos séculos viabilizou a hegemonia dos interesses masculinos nos diversos campos sociais, em especial no campo de atuação política, sendo que o entendimento das ações consideradas adequadas sempre esteve relacionado à visão e ao interesse masculino e se evidenciaram de diversas formas, através de leis, monumentos, festas, documentos, no qual cada um destes instrumentos de poder serviu para subjugar e diminuir os feitos femininos.

A consolidação de um sistema de poder político de favorecimento ao exercício do domínio masculino não significou a concordância passiva no que se refere às mulheres, que buscaram em diversos momentos históricos fazer emergir sua voz e pretensões. No entanto, somente a partir do século XX, com as diversas transformações de ordem política e econômica, o modelo ao qual sempre esteve estruturado o poder político foi enfraquecido, possibilitando às mulheres a admissão e o acesso ao poder político, econômico e social, e assim modificar a visão e a configuração sobre a ordem imposta. Deste modo, foi possível dar visibilidade ao papel feminino através de publicação

de obras, documentos e alcance de cargos e lugares de poder político, não obstante a utilização da memória ser, na maior parte das vezes, voltadas para os feitos dos homens, mas não reproduz mais um domínio hegemônico. As diversas ações e conquistas têm cada vez mais ressignificado a memória do fazer feminino, dando-lhe visibilidade e posicionando a mulher como sujeito ativo e protagonista de sua história e detentora do seu papel social.

Utilizando como referência análises de estudiosos como Jacques Le Goff (1990), Michelle Perrot (2005) e Losandro Tedeschi (2014), é factível refletir sobre os usos políticos da memória ao longo da história e as mudanças ocorridas, apresentando o reflexo direto nos comportamentos dos grupos sociais. É também possível evidenciar que a mulher não mais se encontra relegada ao esquecimento ou totalmente subordinada a uma figura masculina, quando se encontrava obrigada a atuar na esfera do privado, como se não houvesse possibilidades do exercício de um papel social de valor. Neste contexto, é função das historiadoras e historiadores a produção dos registros factuais nos quais a memória tenha o propósito da libertação e não coadune com a servidão de um determinado grupo. É urgente o desenvolvimento de um fazer historiográfico norteado pela democratização da memória.

A ordem social como espaço de poder

No decorrer da História, em diversas realidades sociais da cultura ocidental, as mulheres viveram submetidas a uma posição de inferioridade, afastadas do espaço público e sem representatividades institucionais e políticas públicas orientadas para a conquista de direitos como sujeito social. Posicionadas na maioria das vezes em um papel de subordinação, desde o início da consolidação da Civilização Ocidental, enfrentaram a violência e a discriminação em razão da sua condição de gênero e pela maneira da sociedade entender o seu papel social. É válido destacar que ainda hoje existe, no entendimento de muitos, a compreensão do determinismo social no qual a mulher é tida exclusivamente como filha, esposa e mãe. Os registros históricos, representados em monumentos, livros e festas oficiais em diversas nações, reconhecem no homem uma maior apropriação do poder político, bem como do poder de tomada de decisão referente a sua vida de caráter mais privado e também da visibilidade social no desempenho de suas atividades

profissionais. Santos (2005) em sua reflexão evidencia que este processo é resultado de muitas formas opressivas que submeteram as mulheres a relações de violência e desrespeito a seus direitos, pois poder e destaque na ordem social são construções históricas estabelecidas na e pelas relações sociais. Corroborando com esta perspectiva, Tedeschi afirma que:

Tradicionalmente, a investigação histórica se manteve à margem de práticas sociais concretas excluindo de suas análises e interpretações setores da sociedade que historicamente foram marginalizados da vida pública. É difícil pensar como a história construiu barreiras tão fortes que excluíram as mulheres enquanto objeto de conhecimento histórico. A história tradicional privilegiou certos aspectos da prática social, principalmente os ligados à economia e à política, generalizando o devir histórico e impondo sobre o passado uma cultura histórica etnocêntrica e patriarcal. (TEDESCHI, 2014, p.17).

Em outro texto, Tedeschi (2012) destaca que as mulheres nunca estiveram ausentes da história, apesar de a historiografia oficial não as tenha preterido, sendo possível observar, no desenvolvimento da história, uma relação entre gênero e poder que precisa ser pesquisada e reescrita, para desconstruir uma história tradicional antropocêntrica que produziu o imaginário da mulher como sexo frágil e um ser dependente da existência do sujeito masculino. Desde o mito cristão do nascimento da humanidade a diferença de gênero se apresenta como uma grande adversidade, sendo que a maioria dos povos nortearam o desenvolvimento da sociedade, nas quais estavam inseridos, pautados nos exercícios das ações de caráter patriarcal, cabendo ao homem a decisão que iria recair sobre toda a família. A análise de Lerner (2019) da obra *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels¹, destaca que o grande fracasso histórico do sexo feminino teve origem a partir do avanço da propriedade privada. Na obra, Engels atesta uma divisão primitiva do trabalho entre os sexos:

O homem vai à guerra, sai para caçar e pescar, obtém matéria-prima para a alimentação e as ferramentas necessárias para isso. A mulher cuida da casa e da preparação dos alimentos e do vestuário, cozinha, tece e costura. Cada um é mestre no próprio campo de trabalho: o homem na floresta, a mulher na casa. Cada um é dono dos instrumentos que usa. [...] O que é feito e usado em comum é propriedade comum – a casa, a horta, a canoa. (ENGELS *apud* LERNER, 2019, p. 61).

¹ O livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, foi escrito por Engels em 1884, tendo como base as pesquisas de Karl Marx sobre o trabalho de Lewis H. Morgan – *A Sociedade Antiga* (1871).

Este modelo, dotado de características patriarcais vivenciados pelas primeiras famílias, no decorrer da história será transportado do âmbito privado para o âmbito público, possibilitando a efetivação de sistemas políticos criados pelo e para o comando masculino. Nesta conjuntura, a mulher foi afastada dos espaços públicos e, conseqüentemente, da perspectiva do seu desenvolvimento enquanto categoria social, acarretando para os dias atuais um grande obstáculo que “grita” por resolução – a saber, a desigualdade fundamentada pelo gênero. A historiadora Joan Scott (1994) destaca que é mediante as relações de poder que se fundamenta a desigualdade entre homens e mulheres, sendo resultante da relação de dominação e subordinação. Neste sentido, o poder das mulheres geralmente é percebido como fora do lugar e pouco importante, no intuito de menosprezar sua atuação no conjunto da sociedade. Nesta compreensão, a construção do conceito de poder² está justamente associada a uma representação masculina sobre o mesmo, sendo as mulheres retratadas como possuidoras de “poderes” submetidos ao campo da vida privada, estando sua atribuição relacionada a suas condições biológicas. Scott³ (1994) recomenda que a História descreva como se deu a construção do significado coletivo relacionados a homens e mulheres, visto que, em um entendimento mais amplo, o gênero é compreendido como uma construção social fundamentada nas diferenças e vinculações de poder entre o sexo masculino e o sexo feminino, evidenciando as oposições e contradições que se apresentam nas sociedades.

Para Judith Butler (2003), a determinação biológica atende à naturalização das diferenças entre homens e mulheres e, ao se naturalizar o poder masculino, se dissimula como seus dispositivos atuam, assim como a viabilidade de oposição e modificação da estrutura social. Neste sentido, o conceito de gênero desponta para testemunhar que as diferenças sexuais não são por si só fundamentais das dissemelhanças sociais existentes entre mulheres e homens, mas são definidas e reconhecidas pela cultura de modo a ocasionar diferenças que são, do ponto de vista ideológico,

² Para Michel Foucault “o poder é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em contínua tensão. As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência (...). As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e a criança, na família.” FOUCAULT, Michel. **Estratégias, poder-saber**. Coleção Ditos e Escritos (IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 231-232.

³ Este artigo foi traduzido e publicado no Brasil em SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu, n.3, p.11-27, 1994, p. 11.

confirmados como naturais. A autora explica que a percepção do gênero como construção é capaz de conduzir a um tipo de determinismo cultural:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p.26).

O estudo sobre a história das mulheres é marcado por diversas dificuldades para quem decide seguir este caminho. No entanto, conforme afirma Scott (1994), o gênero se manifesta como um dispositivo adequado para a realização de pesquisas sobre a presença de mulheres em espaços considerados historicamente como inerentes ao fazer masculino. Além de Joan Scott, outros autores têm se destacado nas atuações sobre a história das mulheres, como a historiadora Michelle Perrot e Pierre Bourdieu (1999), que sustentam que homens e mulheres agregam representações e produzem suas práticas dentro de uma coerência social; logo, em uma sociedade com características patriarcais, as práticas realizadas validam atitudes de poder/sujeição, sendo possível afirmar que homens e mulheres nas sociedades caracterizadas por intensos componentes patriarcais vivenciam seu posicionamento social sob a pressão ocasionada pela divisão do trabalho na unidade produtiva familiar e pelas relações de poder.

Concordando com esta linha de reflexão Tedeschi (2012), enfatiza que a divisão sexual do trabalho se encontraria intensamente correlacionada com as representações sociais associadas a homens e mulheres, na percepção de que o trabalho institui a própria identidade masculina, ao passo que as mulheres se encontram como que transitórias no mundo do trabalho, destacando assim a valorização distinta entre homens e mulheres e, conseqüentemente, classificando os gêneros. Ainda na visão do autor, a diferença sexual que significa a dominação de uns e a sujeição de outras sempre é elaborada pelo discurso que justifica e legitima, e é dessa maneira que a divisão do trabalho de acordo com os sexos é estabelecida pelos diversos discursos – que englobam a economia política, a legislação estatal até as reivindicações dos empregadores – enraizando em uma diferença de natureza o antagonismo entre função reprodutora e trabalho produtor, entre encargo doméstico e conduta pública.

Não obstante, é essencial destacar que a história das mulheres não se resume apenas à opressão a que eram e ainda são submetidas, mas diz respeito às lutas e resistência que realizaram para desconstruir os preconceitos e as discriminações sofridas, e nesta compreensão a utilização da memória como categoria de análise se configura em um instrumento teórico e metodológico empregado por várias disciplinas e campos de trabalho. Tedeschi (2014) destaca que, como categoria social, faz alusão a diferentes atores e suas práticas abraçam o social, o político e as concepções do senso comum. Tal como afirma o autor,

[...] esses marcos da memória estão ligados à família, à religião, à classe social, e são portadores de representações da sociedade, de suas necessidades e valores. Incluem uma visão de mundo e ditam muitas vezes através de relações de poder os sentidos das identidades de gênero, da própria história, etc. Por isso, a memória, na história das mulheres, é uma reconstrução desde o presente. Mais que uma recordação, é uma interação com o passado e o presente, e está culturalmente e coletivamente marcada por representações de gênero, porque é produzida por sujeitos que determinam o que é ou não verdadeiro na cultura – o que não encontra sentido dentro desse quadro, ou se esquece, ou silencia-se, como o caso da história e das memórias das mulheres. (TEDESCHI, 2014, p.40).

É preciso assumir um olhar para a memória como elemento constituinte da identidade dos indivíduos, abrangendo conhecimentos diversificados, não oficiais e que dignificam a história social, sendo que a concepção de lembranças compreende a utilização de símbolos culturais compartilhados. Tedeschi (2014) enfatiza que, embora as memórias pessoais sejam únicas e irrepetíveis, um indivíduo de modo algum recorda sozinho, pois invariavelmente está imerso em uma ordenação coletiva que a contém. A lembrança coletiva implica e se revela a partir da recordação individual, e sem a existência das duas seria improvável a formação da consciência e, conseqüentemente, da memória coletiva histórica. Nesta perspectiva, fica evidenciado que a compreensão dos eventos fixados em um dado processo social interfere no registro feito individual ou coletivamente. Tedeschi nos diz:

Um dos efeitos da prática social da memória é naturalizar as identidades sociais, as formas pelas quais os grupos de mulheres se definem a si próprios e pelas quais elas são definidas por outros grupos. As identidades só se definem por meio de um processo de construção da diferença, processo que é fundamentalmente cultural e social. Ao perpetuar pela história, a memória de um certo grupo social produz a diferença e portanto a identidade, que leva a práticas de significação do que seja

homem ou mulher, em que os significados são impostos por relações de poder. (TEDESCHI, 2014, p.42-43).

A memória é um objeto em constante construção e em contínua disputa, sendo que os efeitos dessa construção são sempre definidos por quem a executa. Nesta perspectiva, a História Oral representa para a história das mulheres e para os estudos de gênero a possibilidade de estender-se a outros sujeitos históricos, permitindo admitir que a história oficial é uma categoria parcial e que segrega outros indivíduos, processos e narrativas. Para Tedeschi (2014), esse cenário evidencia como a memória é construída pelos papéis sociais e que existe um conjunto de componentes que influenciam na reconstituição do passado, como por exemplo os percursos pessoais que não podem ser rejeitados. Corroborando este pensamento, Halbwachs (1990) enfatiza que a vida em sociedade exige que todos os sujeitos se adequem aos tempos e às durações e assim possam compreender as práticas das quais são objeto. Ainda em conformidade com o pensamento do autor, a divisão do tempo não pode ser preterida, pois os grupos precisam diferenciar e identificar as diversas partes de sua duração, e foi conforme o desenvolvimento desses grupos sociais que a disputa pelo uso da memória ganha corpo. A organização desses grupos sociais possibilitou a incorporação da memória atrelada aos objetivos de grandes feitos e épocas – a perpetuação da memória.

Para Nora (1993), museus, arquivos, monumentos, santuários, festas, cemitérios e tratados são os marcos testemunhais de outro tempo, das ilusões da eternidade. O entendimento da memória como história estimulou cada grupo a redirecionar sua identidade à vivificação de sua própria história, no qual o dever de memória desperta em cada um o historiador de si mesmo. Em sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*⁴, o autor apresenta sua categoria de “Lugares de Memória” como resposta à necessidade de identificação dos grupos sociais, sejam eles de gênero, sexuais, étnicos, que buscam alcançar uma memória viva e atual. Assinala ainda a necessidade dos grupos de reconhecer uma origem, através do emprego de dispositivos que relembrem o passado, em consonância com suas identidades sociais, por intermédio de lugares públicos, lembranças individuais ou acontecimentos quase que indispensáveis para a legitimação da memória através dos lugares. Para o autor,

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações,

⁴ NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Tomo I, La République, foi publicado pela Editora Gallimard em 1984. p. XV-XLII.

manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, por que estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Le Goff (1990) apresenta algumas reflexões importantes sobre o estudo da memória social como um dos caminhos principais para discutir os problemas do tempo e da história, em que torna-se necessário observar as diferenças entre sociedade de memória oral e as sociedades de memória escrita, visto que o surgimento da escrita está relacionado a uma acentuada transformação da memória coletiva, uma vez que possibilitou um duplo progresso: a comemoração, celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável, e os documentos. Na análise do autor, essa modificação possibilitará aos grupos dominantes se consolidarem como os detentores da memória e definir aos demais grupos quais fatos são importantes e são dignos de serem celebrados. A memória é um objeto de/e em disputa, dado que testemunha experiências sociais distintas por parte dos sujeitos envolvidos e cada grupo procura alcançar o hiato existente para a materialização de seus feitos.

Na definição política, a memória deve ser pensada como dispositivo de poder; em outras palavras, como qualquer coisa que contribua no domínio das massas e no modo como elas contemplem o seu passado. Esse mecanismo de controle da memória e da história realizado pelos grupos donos do poder, na percepção de Pollack (1989), revela a tentativa de domínio e autoridade em relação aos demais grupos, que acabam se tornando grupos sem visibilidade e sem voz, e com o propósito de se fazer ver e ouvir se apoiam na história oral que possibilita o aparecimento das memórias subterrâneas se contrapondo à “memória oficial”. O autor afirma que:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (POLLAK, 1989, p. 4).

Dialogando com este pensamento, no qual a memória deve ser pensada como um dispositivo de poder, que auxilia no comando das massas e na maneira como olham para o seu passado, Meneses (1992) revela como a memória nacional é criadora de identidades na medida em que é estruturada por um grupo significativo de pessoas, assim como fortalecida ou instituída pelo Estado. Por essa razão, os grupos sociais invisibilizados buscam se utilizar de suas memórias no

que diz respeito a uma experiência sofrida como estímulo para lutas políticas, contrapondo a visão oficial que sinaliza o governo como único autor que institui a memória. Na compreensão do pensador Julio Benvivoglio (2014), em uma sociedade na qual alguns códigos morais, onde comportamentos de ordem política, cultural ou econômica comunicam uma certa opinião pública, as lembranças e os esquecimentos aparentam ser política e ideologicamente conduzidos. E como se pode perceber, existe a produção de esquecimento a todo o momento, quer seja de forma inconsciente ou induzida pelo Estado. Hobsbawm (2002), ao analisar o evento da invenção das tradições, produzidos principalmente no século XIX, evidenciou que esses eventos poderiam ser denominados de políticas com o propósito de organizar as relações sociais. Em suas pesquisas, as ações governamentais tinham a finalidade de conduzir e controlar as ações dos demais grupos sociais.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurasse ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças. De acordo com a ordem natural das coisas a conseqüente invenção das tradições políticas foi mais consciente e deliberada, pois foi a adotada por instituições que tinham objetivos políticos em mente. Podemos, no entanto, perceber imediatamente que a invenção consciente teve êxito principalmente segundo a proporção do sucesso alcançado pela sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato. Os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos, que comandavam os exércitos cada vez maiores de empregados do estado e o crescente público cativo composto pelos colegiais, talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem, uma genuína repercussão popular (HOBBSAWM, 2002, p. 271 e 272).

Com base nas evidências apresentadas por diversos pensadores, atestando a utilização da memória como instrumento de poder, somos convidados a pensar sobre as funções estabelecidas às mulheres ao longo do desdobramento da história, visto que os papéis sociais foram determinados pelo homem, sujeito público e de poder, com o amparo da religião e do Estado. Essa construção social, na qual as mulheres foram adequadas para o espaço doméstico e a um comportamento imposto sobre o certo e errado, é possível notar a latente desigualdade nas relações de gênero. Conforme aponta Santos (2005), essa construção social deve ser reconhecida como uma estratégia

de dominação masculina, que foi desenvolvida e estabelecida historicamente, para que o homem pudesse estruturar e comandar a vida social.

O fazer histórico e a (in)visibilidade da mulher

A temática da memória nas sociedades contemporâneas aparece fortemente relacionada à introdução nas cenas públicas de diferentes grupos sociais que requerem para si uma nova agenda de direitos, incluindo o direito à memória. Não se trata aqui daquela memória relativa aos modos de construção das identidades nacionais, mas, especialmente, uma memória pública mais inclusiva e democrática, desconstruindo o imaginário de uma sociedade construída e norteadas por um mundo branco, masculino e ocidental. Conforme aponta Pollak (1989), não existe somente uma memória oficial, pois os demais sujeitos testemunham seus próprios entendimentos dos fatos e o autor descreve a respeito da memória em disputa, no qual os objetos de pesquisa são decididos onde existem divergências e competição entre as memórias rivais.

Em razão dessa disputa, durante séculos a memória e os feitos femininos foram silenciados, pois o pensamento político reinante não considerava importante que essa história fosse apresentada e conquistasse notoriedade; havia o entendimento naturalizado que o espaço público era o universo de domínio masculino e à mulher competia a reclusão ao espaço privado. De acordo com a análise de Perrot (2012), esta compreensão da ordenação social atuava para que a identidade feminina estivesse relacionada ao seu comportamento como dona de casa, artigo de desejo para os homens, e essa conduta de insignificância atribuída ao público feminino foi responsável para que se compreenda as motivações da insuficiência de fontes históricas a respeito da existência concreta e de uma história das mulheres.

É possível evidenciar que a fala das mulheres nos espaços públicos e de poder foi silenciada no desenvolvimento da História, pois ambos eram locais essencialmente masculinos e, conforme aponta Perrot (2005), até o século XIX o passado das mulheres era “um oceano de silêncio”. A narrativa histórica até então havia “esquecido” as mulheres, uma vez que seu lugar pensado pela sociedade apontava para a vida doméstica, pré-determinada, indiferente aos acontecimentos sociais e não se reconhecendo como autora da vida social.

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. [...] O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. (PERROT 2005, p. 9).

Diante deste cenário da exclusão das mulheres do espaço público, é válido enfatizar que os processos científicos que orientaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, desde a segunda metade do século XIX, não consideravam prioritárias as reflexões sobre os destinos individuais. Em geral, os pesquisadores e estudiosos demonstravam visões totalizantes que desconsideravam a participação dos indivíduos nos movimentos sociais. Por conta disso, as histórias de vida representavam um papel banal de caráter mais figurativo das diversas áreas de conhecimento que constituíam aquele campo de estudo e, portanto, é possível perceber o porquê de a produção historiográfica destinar às mulheres um espaço com pouca visibilidade em suas interpretações.

Foi a partir das últimas décadas do século XX que despontou uma Nova História Cultural e também a volta de uma Nova História Política, em que um número destacado de historiadores e historiadoras⁵ têm dedicado suas energias e pesquisas, possibilitando que diversos estudos e reflexões relacionadas a história das mulheres alcançassem significância, visto que suas pesquisas são orientadas para as inúmeras vivências dos mais distintos agentes da vida social. Essas pesquisadoras e pesquisadores têm importado abordagens empregadas pelos cientistas sociais na concepção de seus objetos de estudo, objetivando assim compreender a lógica da significação das vivências em suas peculiaridades.

Para Perrot (1989), o movimento da Nova História é atual, iniciado por volta da década de 70 do século XX, na ocasião em que o Feminismo exercia um papel ativo no desnudamento das histórias de vida das mulheres ignoradas e desprezadas, até aquele momento. É essencial enfatizar que essas mudanças na historiografia estiveram vinculadas ao movimento do feminismo que foi fundamental nesta atividade em que as mulheres foram elevadas à condição de sujeito da História, representando o surgimento da História das Mulheres. Desde então, gerações de historiadores e pesquisadores de diferentes áreas apresentaram inúmeras investigações científicas, resultando em

⁵ Ver em Natalie Zemon Davis em "Mulheres e o Mundo do Annales", Michele Perrot em "Mulheres ou os silêncios da História" e Lynn Hunt em "A nova história cultural".

livros, teses, artigos e pesquisas no mundo acadêmico em diversos países do mundo. Como bem destacou Perrot (2012), ganhou visibilidade um movimento mundial das mulheres do qual seu progresso conduziu ao enfrentamento pela autonomia e libertação feminina.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada, para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. (PERROT, 2012, p. 15-16).

Dialogando com esta concepção, Scott (1994) indica que a história seja escrita sobre como foram idealizados os significados subjetivos e compartilhados por homens e mulheres enquanto categorias de identidades, considerando que no mundo atual as mulheres participam ativamente no mercado de trabalho, conquistaram maior visibilidade e autossuficiência em diversas esferas sociais. De acordo com o pensamento de Rago (1995), as mulheres se transformaram em sujeitos sociais que construíram a História, que combateram a ordenação social pautada no poder masculino e foram as autoras responsáveis pelo entendimento e promoção das próprias experiências. Ao mesmo tempo que grandes acontecimentos políticos sucediam, os movimentos feministas alcançaram uma melhor organização e apresentaram ao público um encadeamento de demandas femininas, com destaque para a igualdade da diferença. O feminismo instituiu as mulheres como protagonistas no cenário público, dando formato às suas vozes e interesses. A partir do século XX, já não é mais admissível enclausurar as mulheres em “seus” ambientes domésticos, pois as mulheres obtiveram, através de inúmeras lutas, direitos que lhes foram impedidos frequentemente.

Por vários lados, as feministas passavam a feminizar-se valorizando a linguagem feminina, os atributos e os temas femininos, o que significava mais do que um simples retorno aos seus valores próprios, um alargamento do campo conceitual, através do qual teciam suas críticas à sociedade patriarcal capitalista, revelando suas armadilhas e limitações. Mais do que nunca, passaram a pensar em si mesmas sob uma ótica própria, dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusado, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminista em contato com o mundo masculino. Tratava-se então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu ainda por forçar um alargamento e uma democratização desse mesmo espaço. (RAGO, 2003, p. 06).

O movimento feminista evidenciou, ao longo do século XX, que as mulheres desejavam adentrar o mundo da educação, trabalho, cultura e escrita. E estas exigências repercutiram em diversos países e em especial no Brasil, provocando debates e movimentos em prol da visibilidade feminina, sendo necessário muita coragem para transpor o mundo das paredes domésticas que a ordem social impunha, contrastando assim com os padrões pensados como apropriados às mulheres. Como foi bem explicitado por Lerner (2019), em qualquer momento próprio da História cada classe é composta de duas diferentes – homens e mulheres. Para os homens a classe se fundamenta em seus vínculos com os meios de produção, aqueles que possuem os meios de produção e assim são capazes de imperar sobre aqueles que não possuem esses meios. Para as mulheres, a classe foi situada através de suas associações sexuais com um homem e era por intermédio de um homem que as mulheres obtinham ou perderam a obtenção dos meios de produção e de outros recursos. O grupo de mulheres autossuficientes e autônomas em uma sociedade é relativamente pequeno e quase sempre muito suscetível a um desastre econômico. Na atualidade, especificamente no mundo ocidental, o progresso histórico criou as circunstâncias necessárias por meio das quais os diversos grupos de mulheres podem se libertar da sujeição ao sujeito masculino. Ao preservar o passado coletivo e lhe dar nova interpretação no presente, as mulheres podem manifestar seu potencial e conhecer os limites de suas possibilidades. Nesta perspectiva, o aparecimento da escrita oportunizou o avanço do conhecimento humano a uma velocidade muito maior do que ocorrera em tempos anteriores, e este conhecimento escrito foi muito utilizado pelas mulheres como instrumento da manutenção de suas memórias e interesses.

Ainda assim, as vozes literárias de mulheres, marginalizadas e banalizadas com sucesso pelo establishment masculino dominante, sobreviveram. As vozes de mulheres anônimas estavam presentes como uma tendência na tradição oral, música folclórica e nas cantigas de roda, nos contos de bruxas poderosas e fadas boas. Costurando, bordando e fazendo colchas de retalhos, a criatividade artística das mulheres expressou uma visão alternativa. Em cartas, diários, orações e canções, a força criadora de símbolos da criatividade das mulheres pulsou e persistiu. (LERNER, 2019, p.372)

Evidenciar a produção das mulheres é, com efeito, uma ação de ressignificação, de perceber as omissões relacionadas aos registros de seus feitos e realizações. Não obstante, é a oportunidade de dar visibilidade a sua presença em diversos domínios sociais, de estimular sua contribuição em diferentes áreas do conhecimento. Neste sentido, é possível descrever como exemplo incontestável

a criação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, ao mesmo tempo que se evidencia a consolidação e organização de diversos grupos de mulheres pelo mundo e no Brasil. Como exemplo podemos destacar a Lei Maria da Penha⁶, que é uma das legislações mais reconhecidas no combate à violência doméstica e significou um importante símbolo jurídico na defesa dos direitos das mulheres brasileiras, pois provocou mais cuidados à mulher vítima de violência doméstica e contribuiu para dar visibilidade e conscientização sobre a prática social naturalizada de distinção e intolerância contra as mulheres.

A história de luta e conquista das mulheres nos diversos segmentos sociais encontra-se apoiada em uma percepção de memória coletiva, e aqui sendo interpretada como uma maneira de divulgação e preservação de valores, entendimento e representação sobre o sujeito mulher. É importante destacar que estes pensamentos são preservados e manifestados pelos grupos sociais ao qual cada mulher está vinculada, estabelecida pelo sexo, etnia, religião ou nacionalidade. A memória dos eventos e das experiências vivenciadas por estas mulheres pertence a um contexto maior, visto que a memória e o pensamento social encontram-se profundamente relacionados. Isto significa que a lembrança do passado permanece constantemente combinada com aquilo que se compreende sobre ela. Nesta perspectiva, a memória se apresenta como um contínuo movimento de reparação que atualiza as ordenações sociais até então predominantes e possibilita que os grupos compostos por mulheres alcancem a visibilidade até então lhes negada pela sociedade.

Eva Blay (2001) destaca que um símbolo importante que representou o anseio das mulheres na conquista em busca de igualdades de direitos e de maior visibilidade social foi o Dia Internacional da Mulher, data proposta por Clara Zetkin na ocasião de sua participação do II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague, em 1910, sendo até os dias de hoje comemorada praticamente em todos os países do mundo. Um outro símbolo que é válido destacar foi a Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁷, que apresentou um grande alcance e

⁶ A Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, tipifica o crime de violência doméstica contra a mulher. Entrou em vigor em 22 de setembro de 2006. Foi denominada Lei Maria da Penha em homenagem a uma mulher que sofreu violência doméstica e se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres. Resultado de um amplo debate entre organizações do movimento de mulheres e o governo federal, a lei prevê a integração de várias instituições públicas nas ações de prevenção, apuração e punição dos casos de violência doméstica. Estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação.

⁷ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. A primeira ação contou com a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios. Seu encerramento mobilizou milhares de mulheres em todo o mundo. Nesta ocasião, foi entregue à Organização das

impacto político, dando origem a um movimento internacional original e que contribuiu para a intensificação de uma nova História das Mulheres.

As comemorações, como o Dia Internacional da Mulher e a Marcha Mundial das Mulheres, são eventos que evidenciam um papel importante do movimento feminista em fazer emergir as histórias de vida das mulheres ignoradas e silenciadas até então, e conforme assinala Soares (1994) são estas variedades de eventos que provocam momentos para a organização de fóruns feministas e dos bairros, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade. Torna-se a oportunidade de momentos privilegiados de encontro das mulheres, para que a memória feminina não seja silenciada. E conforme Perrot (1989), essa perseverante e incansável busca pelas memórias do feminino no cenário público apresentou dados com testemunhos escritos e orais, estabelecendo lugares de memória e tornando visível o “eu” das mulheres na vida social.

Considerações finais

Ao longo da história, o uso da memória foi empregado para satisfazer a diversos interesses sociais, econômicos e políticos, determinando assim o papel social de protagonismo destinado a um determinado grupo, em detrimento do outro. Neste sentido, na maior parte dos casos, o que estava associado às decisões políticas e aos grandes feitos e eventos foram designados e exclusivos dos homens; em contrapartida, à mulher, por ser considerada como menos capaz, foram designados a função doméstica e os cuidados maternos – um silenciamento forçado. Essa forma de utilização da memória como instrumento de poder oportunizou a construção de grandes monumentos, criação de obras literárias, pinturas em veneração aos feitos de reis, heróis e outros sujeitos masculinos da História. Não obstante, essa representação de convívio social de garantias e privilégios a um grupo escolhido passa a ser questionado e, conforme descrevem Bassanezi e Pedro (2012), isso ocorre simultaneamente com as mulheres conquistando mais acesso à educação e aos empregos remunerados que lhes permitiram mais independência financeira, bem como uma condição social de maior destaque.

Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas.

Esse movimento de libertação feminina conectado com as novas relações de mercado modifica a relação entre história e a memória das mulheres que se rebelaram contra as desigualdades de gênero e com a imposição do silêncio ao qual foram submetidas ao longo de tantos séculos e conforme descreve Perrot (2012), o feminismo se estrutura em movimentos súbitos, em ondas. A nova realidade se apresenta como um movimento mundial da história das mulheres, na qual sua evolução presenciou na surdina a luta pela emancipação e libertação das mulheres.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada, para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. (PERROT, 2012, p.15-16)

Estudando essas transformações sociais no decorrer da História, fica evidente a percepção de mudanças dos usos da memória ocorridos no mundo ocidental contemporâneo e as influências efetuadas sobre o jogo de poder e a ordem social. Rousso (2001) analisa que a História da memória tem se guiado para os grupos essencialmente impactados pela questão do passado e de seu papel na concepção e manutenção de uma identidade coletiva, e deste modo representando um elemento essencial na análise das culturas políticas. Neste cenário, a mulher compreendeu que seu papel está para além dos encargos domésticos, que sua vida não está subordinada às paredes do mundo privado, que apesar de suas memórias ainda não se encontrarem totalmente inseridas nas narrativas históricas e da existência da hierarquização dos sexos na sociedade, as vozes femininas não estão silenciadas, sendo permitido que suas histórias sejam contadas nas ruas, nas mídias, nos encontros de famílias e na organização de políticas públicas. As vozes femininas reverberam e o uso da memória assume uma nova realidade.

De acordo com Le Goff (1990), existe o empenho das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias, e não cabe ao historiador agir de forma ingênua na presença de um documento. É preciso que se trabalhe de modo que a memória seja libertária e democrática, viabilizando que diversos grupos sejam capazes de inscrever seus feitos e serem reconhecidos pelas gerações futuras. Nesta conjuntura, a mulher precisa ser estabelecida no estudo da História como personagem que se envolveu ativamente na

concepção dos momentos históricos, visto que ao escrever sobre a História das Mulheres estaremos escrevendo sobre sua ação nos espaços públicos e privados, sobre a história de suas famílias, do seu trabalho e do seu dia a dia.

É imediato e necessário, conforme explica Lerner (2019), que se estabeleça uma visão de mundo feminista, permitindo que homens e mulheres libertem a mente da imagem patriarcal e de sua prática, com o objetivo de desenvolver um mundo livre de dominação e hierarquia, que seja efetivamente um mundo humano.

Referências

- BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. *Opsis*, v. 14, n. 2, p.378- 395, jul./dez., 2014.
- BLAY, EVA ALTERMAN. 8 de março: conquistas e controvérsias. *Revista Estudos Feministas*, 2001, vol.9, n.2, pp. 601-607
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, E., RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas – SP Editora da Unicamp, 1990.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992.
- NORA, Pierre. Entre Memórias e História: A problemática dos Lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.
- PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, V. 9, no 18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.

- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- RAGO, Margareth. "Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global". *Revista Estudos Feministas*, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/margal.htm>>. Acesso em: 25 de jul. 2015.
- ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- SANTOS, S. M. de M. *O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual*. 333 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2005.
- SOARES, Vera. Movimento Feminista – Paradigmas e Desafios. *Estudos Feministas*. Ano 2. Florianópolis, 1994.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: Uma introdução teórico metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.